



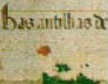
Registros onomásticos da Comarca de Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais: a toponímia de origem portuguesa em mapas dos Setecentos e Oitocentos

Márcia Maria Duarte dos Santos - mdsantoso@yahoo.com.br ; Maria Cândida Trindade Costa de - seabra@netuno.lcc.ufmg.br; candidaseabra@gmail.com ;

Toponímia_histórica_de_Minas_Gerais; Toponímia_da_Comarca_de_Vila_Rica;
Fontes_cartográficas_históricas_de_Minas_Gerais; Geografia_Histórica; Lingüística_Histórica

O estudo toponímico que se apresenta tem como objeto a Comarca de Vila Rica, circunscrição territorial referente ao poder judiciário, pertencente à Capitania de Minas Gerais. Sua criação, datada de 1709, ocorreu, entretanto, quando foi instituída a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, por sua vez, sucedeu a vastíssima Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas de Ouro, incluindo áreas do hinterland do sudeste e sul da América Portuguesa. Essas medidas visavam aproximar a administração colonial da região, no Estado do Brasil, em que se verificaram os primeiros descobertos de ouro, cuja abundância foi confirmada, a partir do final dos Seiscentos. A Comarca de Vila Rica correspondia ao core da área em questão, considerando os achados auspiciosos: no rio Piranga e afluentes, no chamado sertão do Guarapiranga; em Ouro Preto, nas vertentes dos córregos Tripuí e Passa Dez, na serra do Ouro Preto e do Itacolomi, e nos córregos que drenam esta; e no ribeirão do Carmo e seus afluentes. O ato da criação da Comarca foi complementado pela elevação à condição de vila, em 1711, de dois arraiais, entre muitos outros que se formaram no seu território, com base nas atividades mineradoras, a saber: a Real Vila de N. S. do Carmo e a Vila Rica de Albuquerque. Nessa última, que foi escolhida como sede da Comarca, com a criação da Real Capitania de Minas Gerais, em 1720, se instalou também o poder administrativo, os governadores escolhidos pela Coroa, chamados Capitães Gerais. Esse território, que foi palmilhado, sobretudo, por paulistas e reinóis e, paulatinamente, povoado por ambos, além de uma numerosa população escrava, já era ocupado, antes disso por gentios. Considerando esse povoamento e sua motivação, acreditamos que os estudos toponímicos realizados em mapas da região permitiriam o patenteamento de aspectos histórico-culturais da sociedade da época e ensejariam análises sobre a permanência ou não desses aspectos nos fatos lingüísticos atuais. Isso poderia ocorrer porque o topônimo, além de seu papel referencial, apresenta, também, caráter sígnico, sugerindo e apontando pistas, informações descritivas e designativas

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



que ajudam a entender o passado e a interpretar fatos do presente. Com vistas às expectativas expostas, foram analisados três documentos da cartografia histórica de Minas Gerais: o “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas” e o “Mappa da Comarca de Villa Rica”, ambos de autoria do português José Joaquim da Rocha, respectivamente datados de 1778 e 1779 e sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx, RJ) e da Biblioteca Nacional (BN,RJ); e a “Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes”, do brasileiro Caetano Luiz de Miranda, realizado em 1804, também pertencente ao AHEx, RJ. Os mapas analisados, embora distintos, em função da escala cartográfica adotada e, por conseguinte, com relação ao grau de generalização da informação que apresentam, e, um deles, em razão da escala geográfica, registram elementos geográficos planimétricos e altimétricos, comuns, da mesma espécie ou natureza. Eles correspondem a uma classe de mapas – corográficos, que compreende os topônimos que se quer conhecer, referentes: i) aos assentamentos da população – os povoados, as fazendas, os registros ou guardas; ii) aos elementos da hidrografia – rios, ribeirões e córregos; iii) aos elementos do relevo – geralmente, serras. Nessa perspectiva, foi possível usar fontes cartográficas de períodos e escalas diferentes, com vistas ao interesse de se contar com fontes antigas que se conhece sobre Minas Gerais e mais recentes, mas anteriores ao período imperial, quando outros fatores, além dos relacionados à mineração, passaram a orientar o processo de ocupação e valorização do território em questão. Outro aspecto fundamental referente à escolha das fontes cartográficas consultadas, neste trabalho, diz respeito ao fato desses mapas já serem bastante estudados. Isso permitiu estabelecer com precisão o grau de fidedignidade das informações presentes em todos eles e a propriedade dos conceitos utilizados, possibilitando o uso dessas fontes com as devidas ressalvas. Após a coleta e identificação dos topônimos nos três corpora analisados, foram contabilizados 201 nomes de lugares, 69% e 31% referentes, respectivamente a acidentes humanos e físicos. Esses topônimos foram, posteriormente, classificados segundo as categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores da toponímia brasileira, identificados como físicos e antropoculturais, observando, também, suas origens portuguesas, africanas e ameríndias. Neste trabalho, destacamos para análise apenas os corpora de natureza física e humana, cujos topônimos têm como origem a língua portuguesa, tendo em vista a grande expressividade dos mesmos.